

Patrimônio e memória social: a formação da política de preservação de bens históricos no Brasil e a construção do imaginário coletivo*

Célia Borges**

Abstract

The aim of the present article is to examine the rise of conservationist policy in Brazil and how ideas concerning the collective heritage have developed. The text attempts to focus on the way in which thinking has proceeded on the need for conservation, the basis on which social memory and a collective identity are constituted.

Keywords: Preservation, patrimony, memory.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo examinar o surgimento da política de preservação no Brasil e da formação do imaginário sobre o patrimônio coletivo. O texto procura enfatizar o processo de constituição de um pensamento sobre a necessidade da preservação; alicerce para a constituição da memória social e de uma identidade coletiva.

Palavras-chave: preservação, patrimônio, memória.

O marco inicial de uma política de preservação dos bens históricos e artísticos no Brasil data dos anos 30 do nosso século. A defesa da necessidade de proteção aos bens não é, entretanto, novidade do nosso século. Já em meados do século XVIII D. André de Melo e Castro, o Conde de Gouveias, vice-rei do Estado do Brasil de 1735 a 1749, expressava preocupações com a preservação dos bens históricos, numa carta ao governador de Pernambuco, ao saber das intenções deste em relação às construções ali deixadas pelos holandeses¹.

No final do século passado, alguns escritores despontam em defesa da

*O presente artigo faz parte do trabalho de pesquisa: BORGES, Célia. *Amor e Conflito: A Relação das pessoas com uma cidade histórica*. Belo Horizonte, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Cultura) - UFMG.

** Prof.^ª Adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

¹BRASIL/MEC/SPHAN. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 13.

necessidade de proteção do Patrimônio Nacional: Araújo Porto-Alegre, Araújo Viana e Afonso Arinos ². A partir da década de 20 deste século aparecem alguns projetos isolados (federais e estaduais) visando organizar a proteção dos monumentos considerados artísticos e/ou históricos.

Papel importante no processo de valorização desses bens tiveram os intelectuais do movimento Modernista que, apesar das influências estrangeiras, tentaram atualizar o pensamento e fixar novos marcos para a produção da arte no Brasil. Voltam-se para o passado e para a realidade do país, procurando nas raízes a sua identidade. O Brasil crescia e se modernizava em diversos setores e necessitava de uma atualização de sua história bem como "naturalizar-se brasileiro". Em meio a um surto nacionalista, nosso passado foi reinterpretado e exaltado como digno de ser preservado enquanto elo de ligação com o futuro. Buscava-se resgatar nossa identidade para que a modernidade no Brasil estivesse ancorada naquilo que poderia constituir o "genuinamente nacional". Procurava-se então o que seria a expressão da história, da realidade e da arte produzida no país. Dizia Oswald de Andrade:

A poesia Pau-Brasil é uma sala de jantar domingueira, com passarinhos cantando na mata resumida das gaiolas, um sujeito magro compondo uma valsa para flauta e a Maricota lendo o jornal. No jornal anda todo o presente... ³.

O texto de Oswald de Andrade ilustra bem a proposta do que devia ser a nova poesia: romper com todas regras de versificação e construir uma poesia inspirada nas nossas raízes e na nossa história, nos livros dos viajantes e cronistas antigos. Na literatura, teatro, arquitetura e na música procurava-se, através dos projetos, construir uma arte autônoma, baseada na cultura brasileira e em sua história.

Mário de Andrade, um dos expoentes do modernismo, preocupado com a emancipação cultural e com o resgate da memória do país, procura elementos constitutivos da nossa identidade. Realiza pesquisas no norte e nordeste do país, mostra a condição do nordestino bem como sua poética; viaja para Minas, redescobrendo valores do passado ignorados na época. Através das suas obras de cronista, poeta ou narrador, aborda a situação e produção cultural das diversas regiões do país. Atribui valores às manifestações do folclore, à arquitetura e demais elementos do barroco, ressignificando e exaltando as qualidades das diversas produções, seja pela estética, como pela história. Nesse sentido contribuiu para renovar conceitos, criar novos

² *Id. idid.*

³ *Apud* FONSECA, Maria Augusta. *Oswald, o homem que comia*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 37.

sentidos à produção material/intelectual e artística das diversas regiões do país.

É mesmo uma pena, os nossos compositores não viajarem pelo Brasil. Vão à Europa, enlambusam-se de pretensões e enganos do outro mundo, para amargarem depois toda a vida numa volta injustificável. Antes fizessem o que eu fiz, conhecessem o que amei, catando por terras áridas, por terras pobres, por zonas ricas, paisagens maravilhosas, essa única espécie de realidade que persiste através de todas as teorias estéticas, e que é a própria razão primeira da Arte: a alma coletiva do povo. Teriam muito mais coisa a contar (...). Porque não basta saber compor. Carece ter o que compor.⁴

Em 1936, quando diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, Mário de Andrade, a pedido do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, realiza um anteprojeto que deu base à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937⁵. Instituído o serviço de proteção destinado a encarregar-se dos bens "históricos e culturais", grande foi o trabalho de mapeamento e tombamento dos sítios históricos, objetos e lugares eleitos para significarem um tempo e referenciar uma arte. Inicia-se a fase conhecida como heróica, caracterizada pelo eufórico trabalho dos iniciadores e organizadores do serviço de proteção ao patrimônio⁶. São desta fase grande número de inventários e tombamentos de cidades hoje reconhecidas como históricas.

Tais cidades, através da nova lei, ficam sob a guarda do recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A nova entidade governamental fica encarregada de fiscalizar, classificar, conservar, guardar, "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico"⁷.

A noção de bem cultural, criada por Mário de Andrade no anteprojeto, é na realidade bem mais ampla do que a adotada pelo Estado no decreto-lei n.º 25/37. Tal conceito liga-se à noção de "arte" definida por Mário como a "habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos". Dessa forma, não só os bens enquanto produtos deveriam ser preservados mas também o processo pelo qual tal objeto é construído⁸.

⁴ ANDRADE, Mário de. Na pancada do Ganzá. Prefácio. *Arte em Revista - Questão O Popular*. São Paulo, n. 3, março de 1980, p. 56.

⁵ ANDRADE, Mário de. *Cartas de Trabalho - Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1981, p. 21.

⁶ Id. *ibid.*

⁷ "Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937", in *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1980, pp. 111-119.

⁸ Ver LEMOS, Carlos. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 42.

A habilidade de transformar e criar a partir do saber e do fazer constitui também o patrimônio. Técnicas produtivas por exemplo, do café, da mineração do ouro e diamante, entre outras, precisariam ser conservadas. O leque apresentado, dos bens a serem protegidos, no anteprojeto é enorme e variado: "artes arqueológicas", "ameríndias", popular, histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e estrangeiras". O decreto n.º 25/37 retém do anteprojeto parcialmente os conceitos de arte histórica, arqueológica, etnológica, ameríndias e popular.

Mas se no decreto foram ainda preservados tais conceitos, isto na prática não aconteceu. Em grande parte os "bens culturais e históricos" foram reduzidos a obras arquitetônicas. Talvez pela urgência e ameaça iminente de perda de casas, monumentos, igrejas, considerados na época "históricos e artísticos", o Serviço do Patrimônio concentrou esforços na tentativa de resguardar este acervo. A partir da criação da Instituição inicia-se o inventário sistemático dos bens culturais, dos lugares eleitos para referenciar épocas, por deter excelência técnica ou expressar uma arte. Na corrida para resgatar o passado, muitas vezes, foram tombadas cidades sem contudo delimitar áreas de preservação. Lugares tais como Serro, Congonhas, São João Del Rei, entre outros, foram inscritos nos livros de Tombos Históricos e Artísticos, declarados "bens culturais e históricos". Têm agora como função referenciar um tempo e expressar uma arte em nome do interesse público. A princípio o recém criado Serviço tentava assumir o compromisso de cuidar do Patrimônio, ainda que pertencente a particulares, principalmente dos carentes de recursos para arcar com as despesas. Mas como tal prática se tornou inviável para o Estado, isto aos poucos foi sendo abolido.

Nos primeiros anos do período de criação da instituição *preservacionista*, foi grande o envolvimento dos idealizadores com a implantação desse serviço no Brasil. Mário de Andrade e Rodrigo de Mello Franco de Andrade trabalharam juntos de 1936 a 1945, e logo então se nota o papel que exerceram na organização e direção do Serviço de Proteção e Recuperação dos "bens culturais" no Brasil¹⁰. O investimento de Mário de Andrade em órgãos Públicos de preservação foi imenso, realizando inúmeras viagens pelo interior à procura dos "bens culturais" que deviam ser resguardados contra a ação do tempo.

A noção de patrimônio, que norteava a ação e o pré-projeto de Mário, tem por base a atribuição de valores aos diversos elementos capazes de comporem uma memória social. Tais elementos não se reduzem só ao edificado, mas também a uma gama de elementos que

⁹ Id. *ibidem*, p. 39.

¹⁰ BRASIL/MEC/SPHAN. *op. cit.*

vão desde o próprio trabalho criador do homem. Ou seja, o produto deste trabalho, a natureza que é condição efetiva de vida para o homem, a sua história, tudo que a expresse. O desejo de preservação, como condição de construção de uma memória social e do seu suporte que é a identidade, quando encampado pelo Estado, torna-se limitado, discriminatório e simplificado. O patrimônio passou a significar basicamente elementos com determinados valores arquitetônicos ou históricos, representativos de estilos, comumente o barroco, ou mesmo como expressão de alguma técnica construtiva. Até à década de setenta foi essa primordialmente a prática dos técnicos dos órgãos de preservação¹¹.

A partir da década de 30, intelectuais, escritores, representantes do pensamento vanguardista do Brasil, como Lúcio Costa, Prudente de Moraes Neto, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, entre outros, colaboraram na criação do imaginário¹² do valor de preservação. A preservação torna-se algo a ser perseguido, a fim de garantir os testemunhos do passado, seja para referenciar a história, seja para expressar uma arte ou, mesmo, como condição necessária para ligar os indivíduos, pelo trabalho da memória, ao seu passado mais próximo que é vivido afetivamente. Através de livros, jornais e revistas veicula-se o pensamento de escritores e poetas: intelectuais discutem sobre a construção da história brasileira. Por outro lado, escritores participam efetivamente da vida nacional, das tensões vividas pelo país, da derrocada do velho regime sustentado pela oligarquia rural, dos conflitos gerados pelo Estado Novo, pela Segunda Guerra Mundial. A literatura, a partir de 1930, incorpora toda a variedade de interesses pelas realidades nacionais. As tendências dominantes nesta fase (1930-1945) são as ficções regionalistas e romances com abordagens psicológicas e sociais. A partir de 45, o tema do regionalismo está presente, embora sem caráter pitoresco¹³. É neste quadro histórico de intensa industrialização e urbanização que Guimarães Rosa "teria saído em busca da expressividade insuspeita da linguagem regionalista"¹⁴.

Pela aprovação do decreto-lei n.º 25/37 e, principalmente pela sua execução prática, criam-se, em função de referências históricas e estéticas, relações simbólicas e imaginárias em diversos segmentos das populações diferenciadas. A população, principalmente resi-

¹¹ BRASIL/MEC/SPHAN. *op. cit.* p. 13.

¹² Adotamos aqui o conceito de imaginário trabalhado por Cornelius Castoriadis em seu livro "A Instituição Imaginária da Sociedade". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.13. Trata-se de uma "criação incessante e essencialmente indeterminada (social/história e psíquica) de figuras, formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de alguma coisa". Tal criação não é no sentido de fantasias. São imagens tecidas por uma sociedade em um determinado tempo, carregadas de significação e compondo uma ordem simbólica, dando sentido à vida de grupos e pessoas".

¹³ BRAIT, Beth. Guimarães Rosa - seleção de textos, notas, estudos biográficos e crítico. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

¹⁴ *Id.* *ibidem*, p. 13.

dente nos núcleos históricos, passa a ter conhecimento do novo encargo estatal que é tomar e fiscalizar os bens em nome do interesse público. O Estado limita o uso de determinados imóveis, a grande maioria pertencentes a particulares, mas vistos como portadores de valores históricos e artísticos. Dessa forma, gerou-se uma grande discussão, sobretudo nos meios intelectuais, artísticos e nas populações diretamente afetadas pela lei de tombamento¹⁵. Surgem comentários dos moradores das cidades, agora "históricas", disseminando-se nos meios de comunicação a idéia da defesa dos bens "culturais". Nesse sentido, é pois de ressaltar a grande campanha realizada por Paulo Duarte, «Contra o Vandalismo e o Extermínio», no jornal *O Estado de São Paulo* "quando aquele jornalista trouxe a público o estado lastimável e criminoso em que jazia o pouco que sobrara do nosso patrimônio cultura arquitetônico"¹⁶. Assinalem-se ainda as poesias de Carlos Drummond de Andrade, as quais encerram um grande valor afetivo para com os signos do tempo. Falando da casa, da rua, da cidade, enquanto símbolos do passado, o poeta dá-lhes um colorido que resgata a infância pelo trabalho da memória, ou porque expressam um outro tempo, uma história.

*Sobre o tempo, sobre a taipa,
A chuva escorre, As paredes
que viram fugir o ouro,
que viram finir-se o reino,
que viram, reviram, viram,
já não vêem. Também morrem.*

(..)

*A chuva desce, às canadas
como chove, como pinga
no país das lembranças!
como bate, como fere,
como traspassa a medula,
Como punge, como lanha
O fino dardo da chuva*

(..)

*Lá vão, enxurrada abaixo
As velhas casas honradas
Em que se amou e pariu,
Em que se guardou moeda
E no frio se bebeu
Vão no vento, na calça,
No morcego, vão na geada.¹⁷*

¹⁵ BORGES, Célia. *op. cit.*

¹⁶ LEMOS, Carlos. *op.cit.* p. 38.

¹⁷ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Mortes nas Casas de Ouro Preto*. In: -. *Claro Enigma*. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.

Nota-se no poema um certo lamento do poeta. Os lugares estão cheios de significados históricos e/ou afetivos. O escritor sofre com a morte das casas. Ele sente-se contaminado pelos significados simbólicos envolventes. São inúmeros os poemas onde Drummond expressa a relação intensa com os testemunhos do passado. Ouro Preto, Itabira, Belo Horizonte são referenciadas enquanto portadoras de um valor histórico e produtoras de lembranças, através das ruas, casas e outros lugares. A casa lembra ao poeta o aconchego em Itabira, o refúgio, o dia-a-dia da infância.

Pode-se igualmente perceber o valor de morar em cidade histórica nos versos do poema - *Poesia de Ouro Preto* - de Henriqueta Lisboa.

*O' cidade de Ouro Preto
boa da gente morar!
numa casa com mirantes
entre malvas e gerânios,
ter os olhos de Marília
para cismar e cismar.*

(...)

*Com o lusco-fusco e o sereno
Pôr agasalho de lá,
Voltar o mesmo caminho
Para assistir à novena.
Ver de novo hoje como ontem
A escura Casa dos Contos
Onde mora a alma penada
De Cláudio Manoel, coitado.
Pisar com carinho as ruas
Que o Aleijadinho pisou
Marcando-as com sua força,
Como se essas ruas fossem
Lotes de pedra-sabão*

(...)

*A cidade de Ouro Preto
boa da gente morar
E espeta a hora da morte
Sem nenhum medo nem pena
-quando nada mais espera.*

Viver naquela cidade significava compartilhar do ambiente com as "almas penadas" dos inconfidentes; significava conviver com o passado pujante, expresso justamente na visão das casas antigas, calçadas e igrejas. Tal cidade, no entanto, definhava, marcando encontro com "a hora da morte", lamentava a poetisa. A cidade morria e, com ela, a possibilidade de usufruir as sombras do passado e bem viver.

Inúmeros são os poemas que exaltam as qualidades de viver em cidades históricas da época do Barroco. O Barroco Mineiro, descoberto pelos modernistas, adquire valor estético, passando a ser re-

conhecido como arte por grupos de intelectuais, artistas, escritores, poetas e população envolvida. O primeiro estudo crítico da obra do Aleijadinho, segundo Francisco Iglésias, é de Mário de Andrade, com a "publicação de artigos desde 1929"¹⁸. Curt Lange, por seu turno, descobre um acervo de músicas barrocas e compositores mineiros do século XVIII¹⁹.

Numa palavra: as expressões estilísticas de tal arte repousam na arquitetura, pintura e escultura e, não menos, na literatura e música. O movimento estava assim ampliado. Cria-se e impõe-se um imaginário acerca da importância do barroco no país entre determinados segmentos da população, meios de comunicação e vários setores artísticos e educacionais. Preservar o patrimônio histórico e artístico passou a ser tema de seminários, bandeira de luta de grupos "preservacionistas", de agentes ligados a órgãos públicos e particulares. Novos discursos e novas ações para com o passado, reproduzidos pelo meios de comunicação para o conjunto da sociedade, ganharam espaço. Assim, aos poucos - ainda que ambigualmente - esse ideário resgatava, no Brasil, os signos do passado, como elementos valorativos para a construção de uma identidade nacional.

Entre o ideário e o vivido

O Estado ao assumir resgatar o patrimônio, através de seus órgãos de preservação, de cidades, tombadas nos livros de Tombos Históricos e Artísticos, agiu de forma diferenciada, não assumindo com vigor o seu novo papel de agente protetor do patrimônio.

Algumas, por um tempo, foram esquecidas pela instituição, cresceram e se transformaram, à revelia das leis de tombamento. Congonhas, por exemplo, preservou da antiga vila do Brasil colonial somente o Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos e arredores. A exploração do minério de ferro na região foi a grande responsável por parte da descaracterização da cidade, atraindo para ali grande número de pessoas. A mesma atividade que criou condições para a construção do cenário do século XVIII, é também o que acelera a sua destruição e propicia o surgimento de uma nova composição plástica. A mineração do ouro dá lugar à mineração de ferro, bauxita, cromita contribuindo em grande parte para mudar o perfil arquitetônico e paisagístico dos lugares. (Congonhas, Itabira -não tombada-, Ouro Preto, Serro). Criam-se novos modelos de construções, modificam-se

¹⁸ IGLÉSIAS, Francisco. *Modernismo: uma reavaliação da Inteligência Nacional* (mimeo).

¹⁹ Dentre os vários trabalhos de Francisco Curt Lange, ver «História da Música nas Imandades de Vila Rica», vol. I, in *Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: 1979; e também História da Música na Capitania Geral das Minas Gerais, Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982.

elementos dos antigos prédios (portas, janelas), surgem bairros que exigem atendimento de serviços básicos (água, luz, calçamento), requer-se enfim, uma série de condições exigindo da cidade uma transformação estrutural. O processo histórico de cada lugar permitiu uma maior ou menor preservação dos signos do passado. Em sua grande maioria, o maior aliado da conservação dos elementos do passado, quer de cidades tombadas ou não, foi a estagnação econômica, sofrida após a queda da produção do ouro em fins de XVIII e início do XIX. A marginalização de pequenos núcleos urbanos do processo de industrialização e comercialização favoreceu a permanência do cenário do passado.

Em nossa pesquisa realizada no Serro, cidade tombada nos livros de tombos de Arte e de História, revela-se uma trama complexa estabelecida pelos moradores com os signos do passado²⁰. A observação da prática dos moradores e a análise dos depoimentos e entrevistas deixaram claro quão diversas são as relações que os grupos sociais estabelecem com objetos e lugares, que compõe o seu comum patrimônio, histórico, artístico e natural. Estas relações emergem das tramas cotidianamente vivida e adquirem sentido em função dos valores e interesses em jogo ali, acabando por fornecer orientações à existência concreta dos sujeitos. Mas, à custa de um processo complexo de investimento de significação que abarca o conjunto do palco social. Para eles, a cidade não é só referência de séculos passados mas significante de tempo contemporâneo. Nesta interação afetivamente carregada do tempo e do espaço constroem-se uma gramática espacial que articula de forma hierarquizada as representações emanadas dos diversos grupos sociais. Os grupos, em consonância com seus atos diários, vivenciam diversamente objetos e lugares, construindo espacialmente um sistema de contrastes que lhes ajudam a delinear o quadro de representações do seu viver no local. Tecem-se sintaxes topográficas diferentes, que permitem enfim um mapeamento simbólico do mundo vivido. Mas, tais significados não são estanques, nem exclusivos de categorias fechadas. Estes grupos são dinâmicos e porosos. O resultado de suas trocas simbólicas acaba então articulando-se numa trama complexa que, no entanto, e para facilitar aqui a exposição, assim podemos categorizar:

Para o grupo de moradores antigos - nascidos na cidade - esta é principalmente significante de suas próprias histórias. A cidade conta seus passados, suas trajetórias de vida. Para os idosos desta categoria, casas, ruas, becos compõem um quadro de memórias; são substratos temporais de antigos acontecimentos. Se desejam a preservação é porque os lugares são para eles, antes de tudo, nicho de lembranças.

²⁰ BORGES, Célia. *op. cit.*

São onde reconhecem parte de suas histórias e recolhem das lembranças o alento. Diversos cantos da cidade despertam-lhe momentos de suas vidas, constituindo-se, por isso mesmo, mananciais de um tempo comprimido. Tempo indelével, pois carregado de passado afetivamente vivido. Por isso, tais elementos não são só signos de passado colonial mas testemunhos da época da infância e juventude. Através de fragmentos que compõe a cidade atual é possível resgatar o passado, tecer lembranças. Instantaneamente recuperar o tempo perdido. Por outro lado, a capacidade da memória criar lembranças não se limita ao investimento nos lugares presentes: ela também recria momentaneamente espaços destruídos. Vividos agora enquanto carência. É dessa forma que os velhos recordam dos mercados, coretos, chafariz, colégios, passadiços, reconstruindo minuciosamente a cidade de "seus tempos". Eclea Bosi chama a atenção, em *Memória e Sociedade*, para esta curiosa expressão, "meu tempo", usada pelos que recordam. "Qual é o meu tempo, se ainda estou vivo e não tomei emprestado minha época a ninguém, pois ela me pertence tanto quanto a outros, meus coetâneos"²¹. Para o homem idoso, voltar ao passado é resgatar o tempo que lhe pertenceu, tempo ideal, de felicidade, pois pleno de realizações e atividades, mas também de sonhos e esperanças. Para os jovens serranos - malgrado as diferenças que os atravessam (condição social, em parte cristalizadas na localização topográfica) - a cidade é principalmente signo de estagnação, desemprego, escassez. Por isso acalentam muitos projetos de ir embora, a fim de que possam encontrar empregos, estudos, divertimentos. Mas, nem por isso, é preciso ressaltá-lo, a cidade deixa de ser lugar de amigos, parentes, ou seja, locus de intimidade, afetivamente vivida.

Para as "famílias tradicionais"- segmento do grupo de moradores antigos - a cidade é a base de seus poderes políticos; de suas influências; do seu prestígio. Reconhecidas como "ilustres", tais famílias orgulham-se dos feitos de políticos que tiveram participação no cenário nacional (Teófilo Otoni, Cristiano Otoni, João Pinheiro) inventariando acontecimentos vividos pelos personagens do seu Panteon. A cidade, para eles, é o cenário conservado de uma história pública de que suas famílias são parte, e eles a valorizam principalmente por isso.

Isto também explica a abertura de seu imaginário próprio para a temática oficial da preservação, que, vindo em parte de fora, instaura-se principalmente, a nível local, no grupo das "famílias serranas". Não se trata, entretanto, de uma preservação indiscriminada, que negaria à cidade um legítimo desenvolvimento. Por isso, de um lado, defendem a limitação desta prática abrindo brechas para a moderni-

²¹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos*. São Paulo: T.A. Queiróz, 1983, p. 342.

zação do cotidiano, e, por outro lado, querem articular a preservação com um investimento na área turística. A cidade, sendo histórica, deve usufruir do seu patrimônio para atrair visitantes e por consequência, lucros. Nesse sentido, políticos e comerciantes estão de acordo, em torno do ideário complexo e conflitual: preservação, sim, mas também adaptações, que coloquem o Serro no compasso de outras cidades "modernas", no sentido de auferir o conforto proporcionado pelas soluções técnicas, comandadas pela funcionalidade.

Para os novos habitantes do lugar, ao contrário, em geral provenientes da área rural, e de menor poder econômico, a cidade é esperança, promessa de vida nova, pois local para eles possível de empregos e moradia. A cidade não é por eles percebida através das formas barrocas, do estilo de época. Até para os fazendeiros, parte deste grupo mas de maior poder econômico, esta também não significa passado ou arte, mas presente, lugar de compras, de estudos para os seus filhos, lugar alternativo de moradia.

Na mesma categoria dos novos moradores, há ainda aqueles provenientes de cidades maiores. Ao contrário dos outros, estes compartilham do imaginário a respeito da importância da preservação de um patrimônio que descobriram recentemente e fizeram seu, sendo, algumas vezes, seus defensores mais radicais.

Enfim, é necessário falar dos ex-moradores. Formam eles uma verdadeira categoria pois mantém forte contato afetivo com a cidade, retornando em massa na época da festa do Rosário. Para eles a preservação é vital. Inventariam ausências de casas, de becos, de lugares que, como os velhos, vivenciam enquanto carências. São estes os maiores guardiões do patrimônio, pois saíram, resolveram em outra terra seus problemas práticos, mas guardam a cidade natal em seus corações.

Pode-se afirmar assim que grupos diversos encerram orientações diferentes a respeito do "patrimônio histórico e artístico", em função de uma trama complexa que ultrapassa, sem ignorá-las, divisões de classes.

A postura dos sujeitos frente ao "patrimônio", objeto de uma política de preservação, é largamente orientada por trajetórias vividas em comum pelos grupos, no passado e no presente. É certo que dizer "grupos" implica também apontar para orientações de classe, formadora de "gostos" e "estilos de vida"²², que criam um campo possível de valoração de elementos diversos em conformidade com cada fração. Estar ou não sensível à mensagem de alguns signos predispõe um ideário capaz de informar as relações dos sujeitos e, no caso, a delinear posturas a respeito da conservação de objetos e lugares antigos. Pode-se relacionar com objetos em função de uma "aura" do próprio

²² BOURDIEU, P. Anatomie du Gout. *Actes de la Recherche en Sciences Sociale*, n. 5, 1976.

passado, por ser significantes de História, ou de sua própria história, conter uma arte, guardar valor comercial, significar "locus" de intimidade. Quer dizer, os sujeitos interagem com o espaço a partir de um quadro de valores que, marcado freqüentemente por uma pertença de classes, são também provenientes de outros recortes, intra ou interclasses: geração, origem, localidade, religião, experiência de vida, entre outros.

A administração pública, instância local, estadual, ou federal teria por missão articular esta diversidade. Mas, refletindo a sociedade, em termos de contradições, ela atua muitas vezes por razões e interesses práticos. Desconhece em geral, uma política maior de preservação, quer construindo prédios em estilo estranho à arquitetura da cidade (caso de uma agência da Caixa Econômica Federal, no centro da cidade do Serro, com vidros espelhados e estilo totalmente estranho à composição arquitetônica local), quer permitindo a localização imprópria de atividades econômicas que ameaçam, por sua própria natureza (mineração com uso de explosivos) a permanência dos testemunhos do passado quer na própria atividade administrativa, ao nível do cotidiano (modificando praças afim de colocar bustos de políticos, mudanças dos antigos nomes das ruas, etc.). Os agentes que deveriam articular a diversidade presente na cidade, e ajustar dinamicamente esta diversidade aos requisitos da política de conservação, colocam, antes, barreiras a este ajustamento. É o Estado que se descredita a si próprio aos olhos dos moradores.

A preservação dos elementos do passado fica assim comprometida, pois encontra seus limites na própria atuação do Estado que a tematiza e programa. Os órgãos de serviço de proteção, por seu lado, sofrendo endemicamente da pouca dotação orçamentária e da morosidade burocrática, estão assim condicionados às conjunturas políticas e atuam ao sabor das trocas de pessoal. Por isso tudo, projetos são interrompidos e/ou adiados.

Quanto à população, a sua cidade, este objeto de uma política de preservação, não deixa de ser, como toda cidade, o resultado de uma construção social e histórica, sempre processo. Implica isso uma adaptação constante dos usuários na relação espaço/tempo, que abrange diversos níveis: trabalho, moradia, lazer, conforto, etc. A carência de materiais, bem como de mão de obra especializada, vem agravar ainda os vários problemas que acarreta esta dinâmica nunca acabada de adaptação para o futuro. Quando órgãos de preservação, ignorando esta multiplicidade de níveis, atuam no sentido de simplesmente fazer dos usuários "procuradores" da comunidade nacional e responsáveis pela conservação de um patrimônio, que possa ser por todos revisitado feito museu, eles contribuem, à revelia de sua intenção, para provocar resistências ao ato de reter elementos do passado. Investindo em grande parte no patrimônio edificado (igrejas, prédios

públicos), e desconsiderando problemas concretos vividos por uma população, eles colaboram indiretamente para o esvaziamento de uma memória social, que é também memória de uma antigo fazer (desaparecimento de profissões), bem como de um antigo saber. Isto porque, sem perspectivas de futuro, os moradores procuram outros locais para realizar os projetos para viver. Uma memória se esvai, entre essa população que sai e outra que chega. Perde-se também no vazio do cotidiano, pois não é atualizada no fazer e no lazer atuais. Rompe-se aos poucos o fio da história do lugar, quer seja pelos que saem, pelos que morrem, deixando lacunas que aos poucos vão sendo preenchidos com relatos dos que chegam ou daqueles que sonham com a sua transformação.

Pa
me
a in
pol
pre
ben
no
con
inu
col

Et
bi
F
P